

## *Apresentação*

# **Contra o chicote, contra o fuzil, contra o silêncio e contra a indiferença: literatura e necropolítica**

apesar do chá que fascina  
 vaidades na academia  
 o poema negro digladiá  
 contra a hecatombe  
 vivida na periferia

e abomina a indiferença  
 que se quer neutra  
 sendo assassina

Cuti, “Contra dicção”

## **Introdução**

**A**o propormos o dossiê que ora apresentamos, consideramos, antes de tudo, o desejo de promover uma cartografia crítica sobre as políticas da morte, suas representações e testemunhos no âmbito da produção literária. Em nossa proposta, questionamos sobre quais seriam os modos e os processos com que o literário se aproximaria dos modos de tratamento das práticas necropolíticas e suas tecnologias contemporâneas. No fulcro da ementa de nossa chamada, talvez nos interessasse pensar, em diálogo com os procedimentos literários, como se operacionalizou

a passagem ou o rompimento com o tempo de um espírito ainda crente na política e numa certa herança do que se compreendia por humanismo para um mergulho no abismo do hipercapitalismo. Se com Foucault foi possível perspectivar o limite da promessa que supunha plausível o retorno ou a integralização do “homem ao homem” (FOUCAULT, 1994, p. 541), os estudos pós-foucaultianos, representados em parte por Achille Mbembe, Judith Butler, dentre outros, evidenciaram, de maneira irretorquível, que não seria mais possível pensar o humano sem observá-lo pelas lentes de uma crítica negativa.

Na esteira desse processo, Denise Ferreira da Silva, em seu recente livro publicado no Brasil, *Homo Modernus – Para uma ideia global de raça*, advoga a necessidade de uma epistemologia capaz de discutir as possibilidades e circunstâncias da autodeterminação para os sujeitos subalternos. Esta questão particularmente nos interessa porque se refere a um desdobramento importante advindo da condição política (e necropolítica, evidentemente) na contemporaneidade. Para Silva (2022), há uma tarefa urgente de confrontar o aparato que sustenta o conhecimento para discutir sujeito e racialidade, sobretudo, na contemporaneidade. Sem isso, permaneceremos sob as condições de submissão diante de um modelo de Sujeito ainda total<sup>1</sup> que organiza e prevê a universalidade e seus vetores jurídicos, econômicos, sociais, morais, filosóficos e culturais. Este dossiê, com efeito, procura enveredar por modos múltiplos de ler a literatura, descentralizando o protagonismo e o direito à enunciação.

No poema de Cuti que elegemos como epígrafe deste texto, eis uma pequena amostra de como o espaço da tradição sugerido no poema como “academia”, que aqui poderia se referir ao sentido institucional de qualquer

---

1 Silva (2022, p. 36), com bastante precisão, aponta: “Estudantes em minhas turmas de graduação, na primeira década deste século, diretamente envolvidas na luta por justiça global, não entendem quando menciono a morte do sujeito. “Quem morreu? perguntam, exigindo explicações. Após minha surpresa inicial, geralmente tento explicar por que a significância política da sua morte advém da irrelevância ontoepistemológica da sua morte: o sujeito pode estar morto, eu explico, mas seu fantasma – as ferramentas e matérias-primas usadas para montá-lo – permanece conosco.”

aglomerado que se constitua por uma conexão com o saber, pode figurar de modo indiferente aos eventos trágicos do mundo contemporâneo. Alheio, portanto, às hecatombes e às formas contemporâneas de guerra, sustentadas pela subjetivação alienante das instituições, muitas vezes à serviço das elites, o “chá que fascina” exprimiria o puro suco do poder, cujo objetivo é, sabidamente, a preservação das condições de exploração e determinação do quê e de quem pode viver ou morrer. Para Pelbart, em *Ensaio do Assombro*, é importante notar que:

A vida que está em jogo não é primeiramente a vida biológica da população, mas a vida política da máquina capitalista e das elites. Sua salvaguarda implica necessariamente em colocar em perigo a vida das populações. O capital está disposto a sacrificar, sem qualquer pudor, essa “vida” e sua reprodução, isto é, a saúde, a formação, a reprodução, a moradia de amplas camadas da população. Ou seja, sacrificar a vida dos proletários, como ele sempre fez, como continua fazendo e como continuará a fazer, reduzindo-a ao mínimo (os serviços mínimos dos neoliberais significam exatamente isso). Do mesmo modo, ele não se preocupa em absoluto com a destruição generalizada das possibilidades de vida no planeta, pois, precisamente, estar são as condições de sua acumulação. Objetar que dessa maneira ele se coloca em risco, pois tem necessidade de um planeta e da força de trabalho, equivale a não compreender nada de sua “racionalidade”. (PELBART, 2019, p. 47)

Assim, se no poema de Cuti academia rima com periferia, talvez seja porque a precedência da primeira sirva de camarote para assistir o espetáculo terrível da agonia da *vida nua* nos subúrbios. Lendo Maurizio Lazzarato e Éric Alliez, autores interessados em discorrer sobre as relações entre soberania, fascismo, guerra e neoliberalismo, Pelbart lembra que, se

no contexto foucaultiano havia ainda uma percepção de que a tanatopolítica poderia ser progressivamente substituída pelo tom mais ou menos liberal dos tratamentos da biopolítica e seu projeto de gestão da vida, o que se revelou foi uma complexificação e uma radicalização da governabilidade. Uma governabilidade que indicaria alguma “rima”, alguma ressonância entre a academia e a periferia, mas que, no fundo, seria responsável por indicar o fosso, o abismo que separa esses dois espaços que, em princípio, só poderia ser mais ou menos mediado pelo poema, local onde se notabiliza uma luta, onde um sujeito, negro, evidentemente, demanda a palavra e “digladiá”.

Desse modo, na segunda estrofe do texto de Cuti, o poema negro efetivamente luta contra, combate o que entende ser uma forma de tirania, a tirania da neutralidade que, na prática, é a que assina a morte e, por omissão, quase sempre autoriza o endereçamento da necropolítica. Sua contra dicção encarna a contradição daqueles que representam o poder e acreditam ter as mãos limpas mesmo diante da reiteração e da repetição da barbárie e da carnificina, o que desde Hobbes justificaria os pactos de soberania. O poeta, ciente dessa maquinaria de guerra, recarrega a munição do seu dizer, a sua dicção, e aponta para as academias, as de letras ou as universitárias, não importa muito, neste caso, para responsabilizar aqueles que prescindem do especial “bem dizer”, da eloquência, com a finalidade de apontar as diferenças. Entre a bebericagem do chá, sua conexão com os rituais tradicionais europeus e a expiação dos sacrifícios nas periferias, figura então a precisão do poema.

## **Política, necropolítica e literatura**

Com efeito, interessa(va) ao nosso horizonte crítico e teórico dimensionar a necropolítica a partir de como a concebe e compreende Achille Mbembe, filósofo camaronês há muito interessado em discutir os

efeitos da “grande noite” sobre o continente africano e sobre o devir negro do mundo (MBEMBE, 2017). A partir de Michel Foucault, Giorgio Agamben, Frantz Fanon e outros que dimensionaram a extensão do (bio)poder, da biopolítica, da soberania e dos estados de exceção e de sítio, interessa(va)-nos refletir, por meio dos artigos selecionados, de que modo a literatura vem tornando público um debate urgente para o nosso tempo: o debate sobre a função da necropolítica que, me poucas palavras, se refere ao direito de matar ou de deixar morrer. Nesse sentido, sabendo que tal discussão não se restringe ao campo das questões raciais, mas simultaneamente enxergando no racismo um dos principais eixos da necropolítica, talvez a ponderação mais pertinente, a partir dos estudos mbembeanos, seja como avaliar a extensão do já referido devir negro do mundo e suas dimensões de atualização por meio da radicalização das formas de inimizade, confronto e brutalismo.

Dessa maneira, é importante elucidar que o conceito de necropolítica se consolida a partir das proposições foucaultianas e da tensão entre os limites da biopolítica numa deriva para a tanatopolítica em arranjos radicais com a soberania. É, aliás, sob o direito da soberania, de alguma forma herdado e referendado por Carl Schmitt naquilo que se refere ao poder de decreto, instauração e manutenção do estado de exceção, que Mbembe avalia a “proliferação dos espaços de violência” (MBEMBE, 2018, p. 46). E se talvez no Brasil não seja possível reconhecer de imediato, especialmente nas grandes cidades, as máquinas assassinas e de guerra a que Mbembe se refere, tratando de exemplos do Kosovo ou da Palestina, bastaria um pequeno giro ou duas ou três palavras digitadas no google para saber um pouco mais sobre as polícias, sobre as forças de segurança, sobre a importância do militarismo na terra brasilis. Bastaria recorrer aos arquivos midiáticos para perceber que a contundência da necropolítica se efetiva nas guerras entre traficantes e milicianos, entre facções e corrupções nas beiradas e nas diretorias gerais de diversas instituições, especialmente

no Rio de Janeiro e em São Paulo. A necropolítica se ajusta, se camufla, autoriza, decreta e se impõe especialmente nos espaços demonstrados pelo poema de Cuti, a saber a periferia, o subúrbio, os campos de exceção (ou de lógica mesmo) dentro dos grandes centros como as prisões, os internatos, as sedes militares.

Um giro rápido poderia nos dar notícia do braço armado da necropolítica no Brasil dos últimos anos. Aqui, sua força se desdobra em inúmeros tentáculos e redistribui o devir-negro a todos que podem ser representados pela acepção colonizada, que, para Mbembe (2018), resulta de uma ocupação colonial contemporânea, “um encadeamento de vários poderes: disciplinar, biopolítico e necropolítico” (p. 48). Neste caso, as especificidades da necropolítica se sofisticam e se espalham diante da força colonizadora e se instauram como uma espécie de espírito do tempo, como uma potência subjetivadora capaz de mobilizar as massas para a devoração dos alvos (subalternos, sempre) elegidos pelo soberano. No caso brasileiro, os últimos sete anos trataram de correlacionar fascismo e necropolítica, resultando no neofascismo cujo desenvolvimento teórico e suas especificidades não poderemos, infelizmente, neste espaço expandir.

Mas casos paradigmáticos como o do assassinato de Cláudia da Silva Ferreira, ambulante morta no ano de 2014 numa operação policial no Morro da Congonha, por exemplo, são importantíssimos para que reconheçamos seu caráter pedagógico nos quadros de guerra, para lembra Butler aqui. O corpo insepulto de Cláudia foi filmado sendo arrastado por um camburão da PMERJ pelas ruas do subúrbio da cidade do Rio de Janeiro; na filmagem, feita por alguém que não pode (e nem deve) ser identificado, o cadáver de Cláudia é mantido no carro da polícia apenas por uma peça de roupa. Além do caso Cláudia e sua repercussão, o caso Marielle Franco também transparece a relação das polícias com forças milicianas. Mais recentemente, no nordeste, em Umbaúba (SE), o caso Genivaldo, homem assassinado por asfixia pela Polícia Rodoviária Federal dentro de uma

viatura. Não faltariam exemplos onde “Os danos persistentes à vida civil são particularmente eloquentes.” (MBEMBE, 2018, p. 50). Ainda sobre o caso Genivaldo, uma reportagem da Folha de São Paulo pontua: “A prisão foi registrada em vídeo por testemunhas, o que não impediu que os policiais continuassem com o ato. Nas imagens compartilhadas nas redes sociais ouvem-se os comentários de indignação das pessoas. “Vai matar o cara”, diz uma voz masculina.”<sup>2</sup>.

Em *O Martelo*, a poeta recifense radicada na Alemanha, Adelaide Ivánova traduz para a poesia algumas das imagens que a necropolítica cristaliza, desumanizando seus atores. No poema “Para Laura”, verificamos como o trabalho poético parece querer, em suas três estrofes, restituir alguma unidade para um corpo violado:

em 1998 quando encontraram  
o corpo gay de matthew shepard  
sua cara tinha sangue por todo lado  
menos duas listras  
perpendiculares  
que era por onde suas lágrimas  
havam escorrido  
naquele dia o ciclista  
que o encontrou não  
ligou para polícia logo que o viu  
porque o corpo de matthew  
estava tão deformado  
que o ciclista achou ter visto  
um espantalho

sábado passado em são paulo  
a polícia matou laura  
não sem antes  
torturá-la laura  
foi filmada ainda viva

---

2 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/05/homem-morre-asfixiado-em-viatura-da-policia-rodoviaria-federal-em-se.shtml> Acesso em 1 de agosto de 2023.

por outro sujeito  
que em vez de ajudá-la  
postou no youtube o vídeo  
d'uma laura desorientada  
e quem não estaria  
tendo sangue na boca e na parte  
de trás do vestido

laura tem um corpo  
e um nome que lhe pertencem  
laura de vermont presente!  
foi assassinada pela nossa indiferença  
e pela polícia brasileira  
tinha 18 anos  
(IVÁNOVA, 2017, p. 17)

O poema de Ivánova acompanha o relato da necropolítica. Faz dela uma espécie de habitação do Brasil. Diante de uma forma de massificação do poder de matar alguns indivíduos de vidas precárias ou de vidas que coloquem em xeque a soberania, conforme pontuou Judith Butler em *Corpos que importam, Quadros de Guerra e Vidas Precárias*, a poeta ilustra por meio de suas imagens como o corpo de Matthew Shepard ou de Laura Vermont, travesti brutalmente assassinada em 2015, figuram a morte. Como seus corpos foram eleitos para serem assassinados? Como o poder soberano transmite aos cidadãos o direito de matar os sujeitos subalternos? Para que as perguntas não ressoem no vazio, Denise Ferreira da Silva (2022, p. 51) lembra que “o racial, combinado com outras categorias sociais (gênero, classe, sexualidade, cultura, etc.), produz sujeitos modernos que podem ser excluídos da universalidade (jurídica) sem provocar qualquer tipo de crise ética”. Como no poema de Cuti, o de Adelaide Ivánova também tematiza a indiferença e conclama, de alguma forma, o leitor a se responsabilizar, de algum modo, ao menos por uma tarefa de reflexão sobre a extensão das violências materializadas nos poemas. O que parece indicar que a poesia ou seus sujeitos poéticos, pelo menos, não estabeleça



convivência com o *zeitgeist* necropolítico, colonizador e assassino

Talvez a teoria literária se questione sobre os limites do manejo com seu objeto, a literatura. Diante de materiais vividos que muitas vezes escapam ou extravasam dos processos de representação ou mimetização, o que pode restar muitas vezes é a substância dura, mas não menos literalizável, dos relatos, de alguma forma operacionalizada para o campo da partilha pública. É, inclusive, o que defende Alberto Pucheu, em seu importante *Espantografias: entre poesia, filosofia e política* (2021):

Política se dá, portanto, no embaraço, no paradoxo, no impasse, na inviabilidade, na aporia. Enquanto vimos que a filosofia se relaciona com a poesia pela aporia e pelo espanto que motivam tanto uma quanto outra, fazendo com que sejam de certo modo a mesma, enquanto vimos que a filosofia pode se relacionar com a política pelo espanto, Rancière chama atenção para que o encontro entre filosofia e política se dá igualmente sob o signo da aporia, sendo ela que atua quando, agregando os dois termos, se cria o termo “filosofia política”. (PUCHEU, 2021, p. 145)

Cientes então das contaminações profundas entre literatura e política, entre literatura e necropolítica, talvez seja forçoso observar que tal aporia manifesta, na literatura contemporânea, o interesse pela voz autoral ou poética, procurando muitas vezes avalizar a possibilidade ou não do testemunho transformado em literatura. O impasse aparentemente constituído pela decisão autoral de optar pela manifestação de um eu ou de um si mesmo ou de um outro absolutamente radical coloca em pauta a chegada desse outro à literatura, como tomada de espaço, como tomada de palavra. Porque se antes esse outro só poderia existir sob o travestimento de uma voz lírica ou autoral, como vimos hipotetizando, agora talvez estejamos confirmando um momento singular de apropriação

da voz, numa passagem do altericídio<sup>3</sup> literário para uma outra forma de materialização da alteridade na literatura. Desse modo, se a necropolítica promove, na sua relação com a literatura, portanto, uma defrontação com a aporia, com o espanto que depõem a indiferença ou a neutralidade. Como verificado no poema epigráfico de Cuti, a poesia parece querer interceder ou se posicionar *entre*, como um ato, como algo que surge entre o vazio e o silêncio da apatia. Tal prática vem se confirmando principalmente na poesia brasileira contemporânea, conforme defende o já mencionado livro de Alberto Pucheu, interessado não só em teorizar o espanto e o assombro, mas sobretudo obstinado em verificar tais questões na produção poética de Danielle Magalhães, por exemplo. Vejamos:

Vivemos certamente um ponto de ruptura que atinge o cerne mesmo da política, colocando em dúvida sua sobrevivência em nome de um altericídio inteiramente banalizado, exposto e descarado. O outro, a maioria anônima, é tratado como existência inexistente, ou seja, existências que têm o valor de, mesmo existindo, inexistirem, de poderem suportar tudo, inclusive a morte em vida e a morte com a vida retirada. Esse altericídio é o modo por excelência dos totalitarismos e neofascismos que têm se mostrado em manifestações repetitivas, sendo ele mesmo a tentativa de aniquilar as diferenças, as diferentes aporias e paradoxos do tempo que vivemos em nome de uma resposta única, segura, excludente, totalizante. O fascismo e os totalitarismos odeiam a aporia como a instância que, efetivamente, os ameaça ao desestabilizar seus modos fechados de pensamento e ação. (PUCHEU, 2021, p. 243)

---

3 Sobre o altericídio ou alterocídio, conferir Pucheu (2021), Teixeira & Luz (2021) e Santos (2023)

## Sobre os textos que compõem nosso dossiê temático

Na altura da abertura de nossa chamada para o presente número dos *Cadernos de Letras da UFF*, interessava também avaliar como a literatura contemporânea procura(va) não apenas constatar a sofisticação tecnológica e cultural das práticas necropolíticas, como também verificar as possibilidades, se existentes, de subversão e transgressão desses processos. Desse modo, procuramos estimular também uma produção crítica que considerasse contragolpes, estratégias revolucionárias capazes de enfrentar os memoricídios, os silenciamentos, as lógicas de manutenção da entropia e da distopia, bem como as formas contemporâneas de guerra. E mesmo diante de um interesse em cartografar as insurreições, sabíamos que a literatura também evidencia seus limites diante das crises estimuladas pelo sistema neoliberal já que “as insurreições chegaram, mas não a revolução.” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 12).

Entendendo também a relevância e a responsabilidade pública que a Universidade Federal Fluminense tem diante do letramento, da formação e da capacitação da comunidade acadêmica, esta publicação procurou apresentar e discutir os problemas inerentes a qualquer projeto que anule ou ignore a pluralidade da condição humana e seu desejo de manutenção da vida e seus desejos de emancipação. Tais questões também se localizam nos históricos sobre a escravização e não podem ser esquecidos, na medida em que “qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica.” (MBEMBE, 2018, p. 27). Nomear, portanto, e investigar, deixar virem as questões, os impasses no campo literário parece ser cada vez um exercício importante da crítica literária e da crítica cultural, evidentemente.

Por esses motivos, elegemos a entrevista “A literatura como palco

de expressão de diversidades”, que fizemos com a Professora Doutora Florentina Souza, da Universidade Federal da Bahia, para abrir a edição número 66 dos Cadernos de Letras da UFF. No diálogo estabelecido com a importante pesquisadora, procuramos estimulá-la a tratar de sua trajetória, de sua figuração como mulher intelectual negra que protagoniza um importante trabalho de investigação no Brasil. Também, aí, nos interessava demonstrar como a docência pavimentou seu histórico de lutas por equidade e igualdade de direitos de pessoas negras até o momento de conquista de um espaço de transmissão, a universidade, onde é possível discutir e confrontar as relações entre literatura, seu ensino e poder.

Desse modo, diante do grande volume de artigos e ensaios que recebemos, nosso trabalho de curadoria crítica, a partir do que foi aprovado por nossos avaliadores, foi norteadado pelo interesse em atravessar alguns territórios incômodos das identidades e das subjetividades. Isso significa dizer que dos quinze textos que aprovamos para este dossiê, tivemos dois dedicados a um trabalho de investigação das formas do epistemicídio sofrido pelos povos originários do Brasil. Na resenha de Amanda Bitencourt, que introduz nosso dossiê, uma leitura sobre o tempo para além de uma cronologia ocidental, a partir de *Futuro Ancestral*, do filósofo indígena e ativista Ailton Krenak. Aqui, a autora procura transmitir a importância dos sonhos e de tudo que permanece vivo apesar da metástase natural e subjetiva provocadas pelo Capitaloceno. A partir dos textos reunidos no livro de Krenak, Bitencourt pontua sobre a necessidade de nós, no necrocapitalismo, ou no hipercapitalismo da devastação, trabalharmos para uma reflorestamento do imaginário para além das lógicas da branquitude.

Já no primeiro artigo, “Entre caravelas e pandemias: a potência da pedagogia ritual e das narrativas tradicionais no mundo desencantado da necropolítica”, Bruno Franques, Jesiel Santos e Ananda Machado se debruçam com rigor sobre os efeitos nefastos do racismo e do neocolonialismo que servem de base para as políticas da morte engendradas para os territórios

e grupos indígenas no Brasil. No texto, os autores evocam a literatura indígena, suas formas orais e a diversidade de seus narradores para ratificar o entendimento de que os rituais indígenas também podem ser entendidos como narrativas literárias resistentes com sentidos pedagógicos profícuos.

O segundo artigo, “Vagalumes nas noites da ilha: violência e mecânica do poder em *Marginais*, de Evel Rocha”, de Luca Fazzini, discute as múltiplas manifestações de representações da violência na Ilha do Sal por meio da obra do já mencionado autor cabo-verdiano e, a partir da metáfora dos vagalumes em Didi-Huberman, analisa possíveis focos de iluminação e pequenas formas de insurreição na sobrevivência das margens. Para Fazzini, a obra de Evel Rocha “encena através dos recursos literários as tensões e as contradições sociais que assombram o arquipélago”. Já o terceiro artigo, este também dedicado ao campo das literaturas africanas de língua portuguesa, “O mais desprezado dos sítios, África, é o que acaba por guardar vida”: a subversão de estereótipos e da figura do inimigo em *O quase fim do mundo*, de Pepetela”, de Karol Bernardes, lê criticamente o referido romance do autor angolano procurando complexificar as relações entre a consolidação de estereótipos e a construção da imagem de inimigo a partir dos projetos necropolíticos de poder e soberania. Para a autora, a obra de Pepetela questiona frontalmente os supostos modelos de paz, solidariedade e humanidade do Ocidente, especialmente os da Europa. Bernardes, desse modo, orienta a trajetória crítica do artigo utilizando para tanto as reflexões de Donatella Di Cesare, Stuart Hall e Umberto Eco, principalmente.

O quarto artigo de nosso dossiê, “Entre a reforma e a contrarreforma do neoliberalismo: a literatura e os espaços ruinosos da memória ditatorial”, de Emerson Pereti, procura avaliar os efeitos das ditaduras do Cone Sul Americano e as representações literárias dessa herança política por meio de um exame do espaço e suas relações com a memória e com as ruínas ditatoriais. O autor seleciona cinco espaços, a saber, o shopping

center, a rua, o supermercado, o estádio de futebol e o hospital a partir de textos de Eduardo Galeano, Diamela Eltit, Bernardo Kucinski e Martin Kohan para investigar “esse difícil trabalho do luto ditatorial” a partir das especificidades de nossa região em nosso continente.

O quinto e o sexto artigos abrem os trabalhos dedicados à literatura brasileira, escovando a contrapelo a história recente e seus efeitos de representação. “Trauma e impunidade em *K: relato de uma busca*”, de Kátia Rosângela dos Santos Moraes e “Sob a sombra do dybbuk: necropolítica e identidade em *K: relato de uma busca*”, de Ulisses Karnikowski e Lizandro Calegari, atravessam *K*, romance fundamental de Bernardo Kucinski, que materializa os limites entre o literário e o autobiográfico. Enquanto Kátia Moraes discorre sobre os efeitos traumáticos do negacionismo da ditadura e entende que, no Brasil principalmente, a sociedade ainda é assombrada por um fantasma da tirania que manteria ainda intactas no inconsciente as feridas coletivas de nosso passado. Para a autora “O período da ditadura militar brasileira, marcado por atrocidades, como torturas e assassinatos, não aponta somente para o sofrimento de suas vítimas diretas, mas para as consequências instauradoras de dor e desgraça também nas gerações subsequentes.” Já Karnikowski e Calegari discutem o contexto e as raízes epistemológicas da necropolítica apresentada por Achille Mbembe e, em seguida, recorrem aos conceitos de trauma e memória, investigados por meio dos trabalhos de Márcio Seligmann-Silva (2004, 2005 e 2008) e Jeanne Marie Gagnebin (2013) para comentar os aspectos da construção (e da fragilização) identitária de *K* no romance referido.

O sétimo artigo, “Biopoder e necropolítica em Ignácio de Loyola Brandão”, de Paulo Alberto da Silva Sales, apura o legado das narrativas da segunda metade do século XX no Brasil, elencando a obra de Loyola como paradigmática e tributária de um discurso distópico na contemporaneidade. Sales procura analisar a contundência do biopoder, das imagens da violência e seus desdobramentos para uma política da morte, especialmente nos

romances *Desta terra nada irá sobrar a não ser o vento que sopra sobre ela*, de 2018, e *Não Verás País Nenhum*, de 2019, valendo-se especialmente do pensamento de Foucault e Hannah Arendt.

O oitavo artigo, “A necropolítica e o Brasil racista no conto “Um só gole”, de Miriam Alves”, de Maria Perla Araújo Morais, procura avaliar as especificidades do racismo no contexto brasileiro elegendando, para tanto, a referida narrativa. Interessada em refletir sobre a disseminação das práticas racistas que incidem sobre pessoas negras e aproveitando o conto e suas imagens aquáticas ou de dissolução para discutir os limites da imposição da morte como prática necropolítica dedicada cruelmente à população negra, Morais investiga o legado do colonialismo via Aimé Césaire e discute suas atualizações por meio de Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel em *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*.

Ainda no âmbito da literatura brasileira, o nono texto, “Entre vida e morte, a busca pela sobrevivência - uma análise do conto “Maria”, de Conceição Evaristo”, de Marília Forgearini Nunes, lê a narrativa adotando a perspectiva da semiótica discursiva e avaliando suas estruturas através de análises formuladas a partir de esquemas embasados pelos trabalhos de Diana Barros e Jean Marie Floch.

O décimo texto, “Violência sexual contra a mulher na obra *Maria Altamira* (2020), de Luana dos Santos Santana e Alexandre Silva da Paixão, evidencia a temática do estupro e suas formas de representação. Os autores percorrem uma certa história das variadas formas de violência (de gênero) a que as mulheres foram submetidas e, a partir de leituras contemporâneas deste tema, verificam como Maria José Silveira, importante autora goiana, conduz a narrativa (e seus narradores, evidentemente) a partir desse trauma e seu vigor subalternizante.

Tratando de uma obra da literatura portuguesa, o décimo primeiro texto, ““Existe dentro de mim uma terra da qual sou desterrada”: literatura e necropoder em *Caderno de Memórias Coloniais*”, de Tiago Breunig,

intenta ler o importante livro de Isabela Figueiredo a partir do legado pós-colonial, considerando os sentidos da interdição e do recalçamento. Para tanto, o artigo recorre aos embasamentos fornecidos por Achille Mbembe e Roberto Vecchi. Ao final, o autor pontua que “A contrapelo, portanto, dos discursos que constituem a ideologia do colonialismo de Portugal, Isabela Figueiredo reconstitui, ainda que a partir de sua perspectiva de colonizadora, uma memória, no sentido de uma “história que não foi escrita”, de uma “verdade que se estrutura como ficção” (GONZALEZ, 1983, p. 226) e que, por meio da literatura, permite tornar consciente o que resta recalçado.”

O décimo segundo e o décimo terceiro artigos, dedicados às literaturas de língua inglesa, são “From slavery to prison: necropolitics and the (neo)slave narrative in Colson Whitehead’s *The Nickel Boys*”, de Roberto Ferreira Junior, e “O corpotente de Vivek Shraya: necropolítica *queer* e biorresistências em *I’m afraid of men*”, de Ruan Nunes Silva. Junior avalia a crítica de Mbembe às democracias modernas, verificando como o romance de Whitehead escrutina o tratamento de jovens, principalmente negros, numa escola na Florida. Ao se dedicar a este tema, o autor do artigo necessariamente trata dos silêncios ainda existentes sobre a história da escravidão nos Estados Unidos. Já o texto de Silva se organiza para uma elaboração argumentativa em torno da relação entre biopolítica e necropolítica, atravessando parte do pensamento de Foucault e Mbembe, redimensionando-os para uma abordagem (do) *queer*. O artigo pondera:

Dessa forma, quero sugerir aqui como a necropolítica tem também sido interpretada dentro do campo dos estudos *queer*. De certa forma, o desafio que proponho aqui é pensar como práticas necropolíticas estão presentes e ativas dentro (e especialmente) também da gestão de vidas no seio de países vendidos pela mídia liberal como destinos seguros. O que significa, portanto, questionar as formas como vidas trans são



geridas e compreendidas em países como Canadá, um território que tem atraído a atenção de pessoas LGBTQIAPN+ em tempos recentes? Será que as vidas trans são protegidas ou também deixadas para morrer como forma de manutenção de outras? A partir dessas perguntas, oriento a discussão para uma proposta de necropolítica *queer*.

Por fim, a tradução de Milan Puh e Isidora Popovic do artigo “Língua, linguística, nacionalismo e ciência”, de Mate Kapović, se dedica a refletir sobre os impasses do linguista diante do fenômeno linguístico, principalmente em contextos de minorias étnicas (e/ ou linguísticas), como nos casos mencionados, em croata.

## Considerações finais

Entendendo a relevância e a responsabilidade pública que a Universidade Federal Fluminense tem diante do letramento, da formação e da capacitação da comunidade acadêmica, esta publicação procurou apresentar e discutir os problemas inerentes a qualquer projeto que anule ou ignore a pluralidade da condição humana e seu desejo de manutenção da vida e seus desejos de emancipação. Tais questões também se localizam nos históricos sobre a escravização e não podem ser esquecidos, na medida em que “qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica.” (MBEMBE, 2018, p. 27). Nomear, portanto, e investigar, deixar virem as questões, os impasses no campo literário parece ser cada vez um exercício importante da crítica literária e da crítica cultural, evidentemente.

Por isso, concluímos que os artigos aqui apresentados trazem pistas, abrem brechas e caminhos para que possamos nos aproximar de um modo

relativamente protegido do terror e do horror, ainda que mediados pela representação ou pelo relato. O que significa dizer que de fato a literatura não pode fazer sociologia, como diriam alguns escrutinadores do ensino e da crítica literária tradicionais, mas a literatura e seus modos de fazer com a palavra apontam para as urgências de nosso tempo, apontam para as urgências do Brasil e do mundo que se habituou, como lembra Agamben a partir de Benjamin, a experimentar uma tradição dos oprimidos e a um permanente estado de exceção que naturaliza e indiferencia a guerra dos estados de terror permanente. fundamentais para tais estudos.

Agradecemos a todos os avaliadores, editores, revisores e autores que participaram do longo trabalho de composição deste dossiê e, apesar das tensões e dos convites ao espanto, contra a indiferença e contra a brutalidade, desejamos a todos uma boa leitura!

Tatiana Pequeno (UFF)

Ana Rita Santiago (UNEB/UFRB/Ministério da Igualdade Racial –  
SINAPIR, Brasil)

*Organizadoras*

## Referências

COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. São Paulo: n-1 edições, 2016.

CUTI. “Contra dicção”. In: RIBEIRO, Esmeralda & BARBOSA, Márcio (Orgs.). *Cadernos Negros: poemas afro-brasileiros*. São Paulo: Quilombhoje, 2018.

FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. Paris: Gallimard, 1994, vol. I., p. 540-544, Trad. Marcio Luiz Miotto. Revisão de wanderson flor do nascimento. Disponível em <https://michel-foucault.weebly.com/up->

[loads/1/3/2/1/13213792/homemmorto.pdf](#) Acesso em 30 de julho de 2023.

IVÁNOVA, Adelaide. *O martelo*. Rio de Janeiro: Garupa, 2017.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2017.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PELBART, Peter Pál. *Ensaio do assombro*. São Paulo: n-1 edições, 2019

PUCHEU, Alberto. *Espantografias: entre poesia, filosofia e política*. Brasília: C14, 2021.

SANTOS, Daniel Christian dos. Altericídio – como a filosofia política de Achille Mbembe analisa a negação do outro. São Paulo: Paco Editorial, 2023.

SILVA, Denise Ferreira da. *Homo Modernus – Para uma ideia global de raça*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

TEIXEIRA, Thiago. & LUZ, Thaís.” Alterocídio e necropolítica em Achille Mbembe”. In: Sapere Aude – Revista de Filosofia da PUC Minas. Vol.12 N. 24. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/26241> . Acesso em 20 de julho de 2023.